

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/18630	24920/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DMG - DIREÇÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. e a Câmara Municipal de Braga

Considerando que:

- O Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (INEM, I.P.), é, nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2012, de 14 de fevereiro, na redação atual, a entidade responsável pela definição, organização, coordenação, participação e avaliação das atividades e do funcionamento de um Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM) de forma a garantir aos sinistrados ou vítimas de doença súbita a pronta e correta prestação de cuidados de saúde;
- Em 28 de fevereiro de 2025 foi celebrado um novo Acordo de Cooperação e Parceria entre o INEM, I.P., e a Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP), mediante o qual foram definidos os princípios e regras de enquadramento a refletir nos protocolos específicos a celebrar para a constituição de Posto de Emergência Médica (PEM), PEM sazonal (PEMS), Posto Reserva (PR), Motociclos de Socorro (MS) e Posto de Emergência Médica Especializado (PEME) no âmbito do Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM);
- Se mostra necessário garantir a capacidade de resposta dos meios de emergência pré-hospitalar que atuam no âmbito do SIEM, de acordo com os novos princípios e regras gerais de funcionamento, nos termos do disposto no Acordo de Cooperação e Parceria celebrado entre o INEM, I.P., e a LBP.



Considerando, ainda, que:

4. O município dispõe de atribuições no domínio da saúde e proteção civil nos termos da alínea g) e j) do número 2 do artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas por diplomas subsequentes,

5. Compete à câmara municipal “colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central”, conforme previsto na alínea r) do n.º 1 do artigo 33 do mesmo diploma legal.

Assim,

Em face do exposto, considerando a pertinência, bem como o interesse público subjacente aos objetivos do presente protocolo, e ao abrigo da competência prevista na al. r) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se **para deliberação da Câmara a aprovação da minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. e a Câmara Municipal de Braga**

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE





PROTOCOLO ENTRE
O INSTITUTO NACIONAL DE EMERGÊNCIA MÉDICA, I.P.,
E
A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA ATRAVÉS DA COMPANHIA DE BOMBEIROS
SAPADORES DE BRAGA (2)
PARA CONSTITUIÇÃO DE UM POSTO DE EMERGÊNCIA MÉDICA (PEM)

Considerando que:

- O Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (INEM, I.P.), é, nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2012, de 14 de fevereiro, na redação atual, a entidade responsável pela definição, organização, coordenação, participação e avaliação das atividades e do funcionamento de um Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM) de forma a garantir aos sinistrados ou vítimas de doença súbita a pronta e correta prestação de cuidados de saúde;
- Em 28 de fevereiro de 2025 foi celebrado um novo Acordo de Cooperação e Parceria entre o INEM, I.P., e a Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP), mediante o qual foram definidos os princípios e regras de enquadramento a refletir nos protocolos específicos a celebrar para a constituição de Posto de Emergência Médica (PEM), PEM sazonal (PEMS), Posto Reserva (PR), Motociclos de Socorro (MS) e Posto de Emergência Médica Especializado (PEME) no âmbito do Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM);
- Se mostra necessário garantir a capacidade de resposta dos meios de emergência pré-hospitalar que atuam no âmbito do SIEM, de acordo com os novos princípios e regras gerais de funcionamento, nos termos do disposto no Acordo de Cooperação e Parceria celebrado entre o INEM, I.P., e a LBP.





Entre

O **Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.**, pessoa coletiva n.º 501 356 126, com sede na Rua Almirante Barroso, 36, 1000 - 013 Lisboa, abreviadamente designado por INEM, I.P., neste ato representado pelo Presidente do Conselho Diretivo, Sérgio Dias Janeiro,

E

A **Câmara Municipal de Braga Através da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, abreviadamente designada por CBS Braga, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal Braga, Ricardo Rio, É celebrado o presente protocolo para constituição de PEM, que se rege pelas cláusulas seguintes:

PARTE I

CLÁUSULAS GERAIS

Cláusula 1.ª

(Objeto)

Pelo presente protocolo, é constituído o Posto de Emergência Médica (PEM) operacionalizado pelo Segundo Outorgante, em funcionamento 24h, participante ativo no SIEM, no que diz respeito à prestação de cuidados de emergência médica na vertente não medicalizada.

Cláusula 2.ª

(Funcionamento e operacionalização do PEM)

1 – Para constituição do PEM, em funcionamento 24h, o Segundo Outorgante disponibiliza uma Ambulância de Socorro (Tipo B), com seis ou menos anos de idade, contados desde a data da



primeira matrícula, com as características técnicas e sanitárias, de equipamento e de material normativamente exigidos, doravante designada como “Ambulância”, exclusivamente destinada à atividade de transporte de doentes urgentes/emergentes, e que atua na dependência e mediante acionamento do Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) do INEM, I.P..

- 2 – A obrigatoriedade prevista no número anterior, quanto à idade do veículo, tem um período de carência de 180 dias, contados desde a data de assinatura do presente protocolo, podendo este prazo ser alargado, se devidamente justificado e aceite pelo Conselho Diretivo do INEM, I.P..
- 3 – O desrespeito pelas normas referidas no número anterior pode determinar a resolução do protocolo específico celebrado.
- 4 – Excecionalmente e em caso de absoluta necessidade, em função da sua capacidade, o INEM, I.P. pode disponibilizar uma ambulância, sua propriedade, e o respetivo equipamento, por um período limitado no tempo, de forma a garantir o normal funcionamento do PEM, ficando a cargo do Segundo Outorgante, as despesas inerentes ao seu funcionamento, designadamente despesas relacionadas com as operações de manutenção, reparações e a contratualização de seguros.

Cláusula 3.ª

(Obrigações do INEM, I.P.)

O Primeiro Outorgante obriga-se a:

- a) Verificar a data da primeira matrícula da ambulância afeta ao PEM, bem como a existência de certificado de vistoria, nos termos do Regulamento do Transporte de Doentes, em vigor;
- b) Realizar o pagamento dos montantes devidos pela atividade desenvolvida ao abrigo do presente protocolo, até ao final do mês seguinte a que dizem respeito;
- c) Coordenar a atividade no que diz respeito à emergência médica, acionando a ambulância através do CODU;



- d) Fornecer ao Segundo Outorgante as informações que possibilitem a análise e avaliação do serviço de emergência prestado;
- e) Assinalar oportunamente factos que possam dificultar ou pôr em risco a eficiência das tarefas a seu cargo.

Cláusula 4.^a

(Obrigações do Segundo Outorgante)

Constituem obrigações do Segundo Outorgante:

- a) Disponibilizar uma Ambulância de Socorro (Tipo B), com as características técnicas e sanitárias, normativamente exigidas, exclusivamente destinada à atividade de transporte de doentes urgentes/emergentes, para acionamento pelo Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) do INEM, I.P.;
- b) Manter permanentemente a Ambulância e a respetiva tripulação em prontidão para o cumprimento da sua missão;
- c) Assegurar a deslocação atempada da(s) Ambulância(s), devidamente tripulada(s), para o cumprimento de missões de emergência médica, sempre que tal lhe seja determinado pelo CODU;
- d) Garantir que a(s) Ambulância(s) acionadas mediante solicitação do CODU, iniciam a marcha para o local da ocorrência, no tempo máximo de 3 minutos, contabilizado desde a hora de acionamento;
- e) Prestar cuidados de saúde, de forma diligente e adequada, bem como garantir o transporte dos doentes ou vítimas à unidade hospitalar;
- f) Fornecer todas as informações que lhe sejam solicitadas pelo Primeiro Outorgante para análise e avaliação do serviço de emergência pré-hospitalar prestado;



- g) Assinalar oportunamente ao Primeiro Outorgante factos que possam dificultar ou pôr em risco a eficiência das tarefas a seu cargo;
- h) Divulgar, junto dos seus operacionais, e fazer cumprir a Política Geral de Segurança da Informação, definida pelo INEM, I.P.;
- i) Garantir que o material e equipamento existente na(s) Ambulância(s) cumprem as características técnicas e sanitárias normativamente exigidas;
- j) Executar o abastecimento e os procedimentos básicos à manutenção necessários à utilização do(s) veículo(s), e por conseguinte, à sua operacionalização nos termos previstos no Protocolo;
- k) Remeter ao Primeiro Outorgante, até ao décimo dia de cada mês, as fichas clínicas das atuações referentes ao mês anterior;
- l) Disponibilizar a(s) Ambulância(s) necessária(s), devidamente equipada(s) e caracterizada(s), em caso de inoperacionalidade da Ambulância afeta ao PEM, pelo período em que se verificar a causa da inoperacionalidade;
- m) Afetar o valor pago, pelo INEM, I.P., pela atividade desenvolvida ao abrigo do presente Protocolo, exclusivamente aos fins estabelecidos;
- n) Garantir que é realizado o registo clínico dos doentes ou vítimas assistidas no suporte disponível, de forma adequada à respetiva finalidade.

Cláusula 5.ª

(Segurança, higiene e saúde no trabalho)

- 1 – O Segundo Outorgante obriga-se a cumprir as disposições legais e regulamentares em vigor sobre a segurança, higiene e saúde no trabalho dos profissionais ao seu serviço, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
- 2 – Neste âmbito, a tripulação dos meios de socorro realiza os cursos de formação disponibilizados na plataforma de formação oficial do INEM, I.P.: Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e Ambiente.



PARTE II

AMBULÂNCIA DE SOCORRO

Cláusula 6.ª

(Área de intervenção)

A área de intervenção preferencial da Ambulância é a área de atuação própria do Segundo Outorgante, podendo essa atuação ser alargada sempre que as necessidades de prestação do socorro assim o exijam, com o objetivo de garantir a rápida prestação de cuidados de saúde, seguindo-se o princípio basilar de empenhamento do meio de emergência adequado e disponível, mais próximo do local da ocorrência, nomeadamente quando ocorram:

- a) Situações de escassez ou inexistência temporária de veículos ou tripulação adequada, na área da ocorrência;
- b) Situações cuja gravidade clínica implique a necessidade de intervenção de meios humanos mais treinados ou diferenciados;
- c) Situações de necessidade imperiosa de reforçar os meios próprios existentes nas áreas de atuação própria de outras delegações/corporações;
- d) Situações em que a urgência da situação clínica implique a ativação do meio mais próximo.

Cláusula 7.ª

(Inoperacionalidade)

1 – Em caso de inoperacionalidade da Ambulância afeta ao PEM, por avaria, falta de tripulação ou outros motivos, o Segundo Outorgante disponibiliza a(s) respetiva(s) ambulância(s) de substituição devidamente equipada(s), pelo período em que se verificar essa inoperacionalidade, de modo a manter a operacionalidade exigida, nos termos previstos no presente Protocolo.



2 – Sempre que a(s) Ambulância(s) afeta(s) ao PEM e a(s) respetiva(s) ambulância(s) de substituição disponibilizada(s) nos termos do número anterior, se encontrem indisponíveis para acionamento por se encontrarem empenhadas numa ocorrência CODU, a(s) ambulância(s) que o Segundo Outorgante operacionalize são consideradas ambulâncias adicionais, para efeitos do disposto na alínea c) da Cláusula 4.^a.

Cláusula 8.^a

(Compensação pela atividade)

- 1 – O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante, um valor destinado à aquisição de equipamentos diretamente relacionados com a atividade de transporte de doentes, designadamente para aquisição de desfibrilhador automático externo (DAE), com as características técnicas definidas pelo INEM, I. P., até ao montante máximo de 3 000,00 € (sem IVA), contra apresentação de documento comprovativo da correspondente despesa.
- 2 – O INEM, I. P., atribui, ainda, ao Segundo Outorgante um valor mensal fixo destinado a compensar a disponibilidade permanente da respetiva ambulância, os encargos suportados com a tripulação, entre outros custos inerentes ao funcionamento do PEM, no montante de 8 760,00 €.
- 3 – O valor previsto no número anterior é pago, proporcionalmente, ao horário de funcionamento do PEM, previsto na Cláusula 1.^a do presente Protocolo.
- 4 – Sempre que, excecionalmente, e por um período limitado no tempo, em caso de absoluta necessidade, o INEM, I.P., disponibilize uma ambulância para operacionalização do PEM, de forma a garantir o normal funcionamento do PEM, fica a cargo da entidade detentora do Corpo de Bombeiros, as despesas inerentes ao seu funcionamento, designadamente operações de manutenção, devendo para cada situação ser assinado um documento de cedência do veículo.
- 5 – O INEM, I. P., atribui ao Segundo Outorgante, um valor mensal variável, destinado a suportar as despesas tidas com consumíveis, incluindo oxigénio, no valor de 5,66 € por cada ativação pelo CODU.



- 6 – O valor referido no número anterior não inclui elétrodos de DAE, que serão fornecidos pelo INEM, I. P., ou por este suportado, no montante de 33,60 €, em caso de ativação para situações de paragem cardiorrespiratória em que seja utilizado um equipamento de DAE e cumpridos os requisitos aplicáveis definidos pelo INEM, I.P..
- 7 – O INEM, I. P., atribui, ainda, um valor mensal variável, destinado a suportar despesas relacionadas com partos realizados em contexto pré-hospitalar, em caso de ativação pelo CODU, em que tenha sido utilizado o *kit* de partos, no montante de 100,00 €.
- 8 – Adicionalmente, o INEM, I. P., atribui um valor mensal variável, em função do número de ativações pelo CODU, desde que, registados no verbete de socorro/transporte ou equivalente em suporte informático, no montante de:
- a. 21,00 €, a que acresce um valor de 0,58 € por cada quilómetro percorrido acima dos primeiros 20 quilómetros, para os serviços realizados pela(s) ambulância(s) ou, na sua inoperacionalidade, por ambulância(s) de substituição;
 - b. 43,40 €, a que acresce um valor de 0,72 € por cada quilómetro percorrido acima dos primeiros 20 quilómetros, para os serviços realizados pelas ambulâncias adicionais que a entidade detentora do Corpo de Bombeiros consiga operacionalizar, com exceção da(s) ambulância(s) de substituição prevista na alínea anterior.

Cláusula 9.ª

(Penalizações)

Serão aplicadas penalizações à entidade detentora do Corpo de Bombeiros, em caso de inoperacionalidade da ambulância afeta ao PEM, a incidir sobre o valor mensal fixo, através da redução proporcional em função do período de inoperacionalidade.

Cláusula 10.ª

(Subcontratação)



- 1 – O Segundo Outorgante não pode subcontratar ou ceder, no todo ou em parte, a execução do objeto do protocolo específico a celebrar para constituição do PEM.
- 2 – Excetua-se do disposto no número anterior, a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito do Primeiro Outorgante.
- 3 – No caso de se revelar necessário proceder à subcontratação de terceiros não previstos no Protocolo, o Segundo Outorgante deve apresentar, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, uma proposta fundamentada para autorização da subcontratação, ao INEM, I.P..
- 4 – O INEM, I.P., poderá opor-se à subcontratação pretendida, se:
 - a) A proposta de subcontratação não estiver fundamentada ou o terceiro a subcontratar não cumpra os requisitos aqui previstos; ou
 - b) Houver fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de cumprimento defeituoso ou incumprimento das regras aqui previstas, bem como das obrigações resultantes do Protocolo específico a celebrar.
- 5 - Os subcontratados do Segundo Outorgante não podem, por sua vez, subcontratar as prestações assumidas pela celebração de protocolo específico.

PARTE III

CLÁUSULAS FINAIS

Cláusula 11.^a

(Dever de lealdade)

Os Outorgantes comprometem-se mutuamente a adotar um comportamento leal, devendo, nomeadamente, alertar de imediato a contraparte para qualquer circunstância que possa prejudicar os interesses que lhe caiba prosseguir, envidar todos os esforços para resolver de modo consensual as dificuldades e diferendos que possam ocorrer e guardar reserva perante terceiros acerca dos factos de algum modo relacionados com as bases gerais aqui previstas.



Cláusula 12.ª

(Dever de confidencialidade)

- 1 – Os Outorgantes obrigam-se a tratar e a manter como confidencial, mesmo após a extinção do referido protocolo, toda a informação que obtenham da outra parte durante a execução do mesmo e que, pela sua natureza ou por determinação expressa de qualquer delas, deva manter-se como confidencial.
- 2 – Os Outorgantes obrigam-se, ainda, a utilizar a referida informação que lhes for facultada, única e exclusivamente para os efeitos aqui previstos, abstendo-se de qualquer uso fora desse contexto e independentemente dos seus fins, quer em benefício próprio, quer em benefício de terceiros.
- 3 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, os Outorgantes comprometer-se-ão a observar estritamente as indicações que lhe forem pontualmente transmitidas pela contraparte, relativamente à divulgação da informação confidencial, devendo ainda consultar previamente a outra parte, sempre que tenha dúvidas quanto à possibilidade de divulgação de determinada informação.
- 4 – Não se considera confidencial, para os efeitos aqui previstos, a informação que:
 - a) Se encontre disponível para o público em geral;
 - b) Os Outorgantes acordem ou tenham dado o seu consentimento por escrito, quanto à sua divulgação;
 - c) Que previamente ao seu fornecimento, já tenha sido legitimamente divulgada por terceiros;
 - d) Os Outorgantes tenham sido, legal ou judicialmente, obrigados a revelar, no pressuposto de que tenham sido observados todos os procedimentos estabelecidos na lei.

Cláusula 13.ª

(Proteção de dados pessoais)



1 – Para a execução do presente protocolo, os Outorgantes têm acesso a dados pessoais, incluindo dados sensíveis, que só poderão ser objeto de tratamento quando se mostre necessário à execução do mesmo, no estrito cumprimento da lei e da Política Geral de Segurança da Informação, definida pelo INEM, I.P..

2 – Os Outorgantes, ao abrigo do disposto no número anterior, obrigam-se a:

- a) Cumprir e a fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de privacidade e de proteção de dados pessoais na sua execução;
- b) Respeitar os direitos dos titulares dos dados, nomeadamente, os direitos de acesso, informação, atualização, eliminação e de oposição;
- c) Conservar os dados apenas pelo período considerado necessário à prossecução das finalidades subjacentes à sua recolha, garantindo a sua confidencialidade;
- d) Tratar os dados pessoais no estrito cumprimento da legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente a sua recolha, o seu registo, organização, consulta e transmissão, apenas nas situações em que o titular dos dados tenha dado o seu consentimento inequívoco, ou a terceiros, nos casos expressamente previstos na lei;
- e) Implementar medidas técnicas e organizativas adequadas de forma que o tratamento observe os requisitos legais, assegurando, designadamente a adoção de um nível de segurança adequado e proporcional ao risco e aos dados objeto de tratamento e, ainda, a defesa dos direitos dos titulares dos dados, tendo em conta as técnicas mais avançadas, de forma a proteger a sua destruição ou perda acidental ou ilícita, alteração, difusão ou acesso não autorizado;
- f) Informar de imediato o outro Outorgante, através do Encarregado da Proteção de Dados, quando tenha conhecimento da existência de quebras de segurança, de violação de dados pessoais, incluindo a mera suspeita, colaborando com o Primeiro Outorgante na investigação ou auditoria que venham a ser realizadas;



- g) Limitar o acesso aos dados pessoais e a demais informações confidenciais apenas a trabalhadores devidamente autorizados e que necessitem de forma inequívoca de aceder aos dados recolhidos apenas para as finalidades previstas no presente protocolo, comprometendo-se a não os transmitir a terceiros;
- h) Dar conhecimento a todos os seus trabalhadores/colaboradores e prestadores de serviços que tenham acesso a dados pessoais, independentemente do vínculo, das obrigações de sigilo e de confidencialidade a que estão sujeitos, certificando-se de que todos têm conhecimento do dever de sigilo, do dever de confidencialidade e da Política Geral de Segurança da Informação definida pelo INEM, I.P., mesmo após o termo das respetivas funções e da cessação do presente acordo.

3 – As medidas técnicas e organizativas a adotar pelo Segundo Outorgante, para a execução do protocolo específico a celebrar, devem garantir a segurança dos dados pessoais guardados, em processamento e em trânsito, designadamente quanto a tratamentos não autorizados ou ilícitos, contra a sua perda, destruição ou dano accidental.

4 – Os Encarregados da Proteção de Dados nomeados pelos Outorgantes, nos termos e para os efeitos previstos no presente acordo, são:

- Pelo Primeiro Outorgante: dpo@inem.pt;

- Pelo Segundo Outorgante: _____

Cláusula 14.^a

(Segurança da Informação)

1 – Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, na execução do presente Protocolo, o Segundo Outorgante deve obrigar-se a cumprir a Política Geral de Segurança da Informação, definida pelo INEM, I.P., de forma a que a informação esteja protegida contra acessos não autorizados, que



confidencialidade da informação esteja garantida, que a integridade seja mantida, e que todas as leis e regulamentos aplicáveis são respeitados.

- 2 – Para efeitos do número anterior, constitui informação, qualquer recurso resultante da recolha, processamento, manipulação e organização de dados ou outros elementos que represente conhecimento, em resultado da execução do referido protocolo específico.
- 3 – O Segundo Outorgante deve obrigar-se a comunicar, prontamente, qualquer evento que provoque, ou possa provocar, uma quebra de segurança da informação, ao INEM, I.P..

Cláusula 15.^a

(Gestor do protocolo)

É designado como gestor de presente protocolo o Dr. António Táboas, que terá a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo.

Cláusula 16.^a

(Denúncia e resolução)

- 1 – O presente Protocolo pode ser denunciado por qualquer dos Outorgantes, não podendo os seus efeitos produzirem-se antes de decorridos dois meses sobre a notificação da denúncia à outra parte, não advindo daí, para os Outorgantes, o direito a exigir qualquer indemnização.
- 2 – Em caso de incumprimento ou violação do presente Protocolo, a parte cumpridora pode resolvê-lo, devendo para o efeito ser objeto de notificação escrita, fundamentada e dirigida à outra parte, com a antecedência mínima de 60 dias úteis em relação à data em que se pretenda produzir efeitos.

Cláusula 17.^a

(Alterações)





O presente Protocolo pode ser alterado por acordo, mediante adenda escrita, assinada por ambos os Outorgantes, constituindo parte integrante do mesmo.

Cláusula 18.ª

(Vigência)

O presente Protocolo vigora pelo período de 6 anos, e produz efeitos desde 01 de janeiro de 2025.

Feito e assinado em dois exemplares, sendo entregue um, de igual valor, a cada um dos Outorgantes.

Lisboa, 21 de março de 2025.

O Presidente do Conselho
Diretivo do INEM, I.P.,

O Presidente da
Câmara Municipal Braga,

(Sérgio Dias Janeiro)

(Ricardo Rio)

